

ANNO I

Villa de Castello, (E. Santo), 5 de Dezembro de 1929

# Tribuna do Sul

S/ A/ "TRIBUNA DO SUL"

ORÇÃO OFFICIAL DO GOVERNO MUNICIPAL

REDACTOR-CHEFE:

ARCHILAU VIVACQUA

GERENTE:

SIZENANDO SILVA

DIRECTOR RESPONSÁVEL:

AMÉRICO VIVEIROS COSTA LIMA

RAY

ARTIGO

**ÀS URNAS CASTELENSES!  
PARA TRÁS, SICÁRIOS.  
O PAPEL DO JORNAL  
TRIBUNA DO SUL  
DE CASTELO ES NA  
CAMPANHA ELEITORAL  
DE JÚLIO PRESTES  
À PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA EM 1930.**

Ademildo Gomes

Mestre em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma (Itália), Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrante do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório - LEMM(UFES) e do Laboratório de História, Poder e Linguagens (UFES).

*Votar em JULIO PRESTES-VITAL SOARES, candidatos recommendados pelo Governo do Estado á Presidente e Vice-Presidente da Republica, é votar pela paz, ordem, grandeza e prosperidade do Brasil. É ter um Brasil digno dos brasileiros, uma Patria unida, forte e harmonisada.*

## Resumo

O artigo analisa o papel do Jornal *Tribuna do Sul* de Castelo na campanha eleitoral de Júlio Prestes à presidência da República entre dezembro de 1929 e março de 1930. O Jornal *Tribuna do Sul* de Castelo foi criado em dezembro de 1929 como Órgão Oficial do Governo Municipal. Ele tinha como diretor responsável o então prefeito-interventor Américo Viveiros Costa Lima, como redator-chefe o vereador e presidente da Câmara, Arquilau Vivácqua, gerente Sizenando Silva e como redatores o vereador e vice-presidente da Câmara, Carlos Lomba e o vereador Raymundo Nonato Rangel. Esse jornal, em sua curta existência, foi dedicado exclusivamente à campanha a favor da eleição de Júlio Prestes à Presidência da República, sendo um grande instrumento utilizado pelos políticos locais para convencer o povo castelense que Júlio Prestes, na época, era a solução para todo Brasil. Por trás dessa mensagem estava o sistema coronelista que controlava os processos eleitorais municipais no cenário político da Primeira República, também chamada de República Oligárquica.

**Palavras-chaves:** Castelo, *Tribuna do Sul*, Júlio Prestes, oligarquia.

## Uma história local

A historiografia ocidental havia se constituído tradicionalmente em torno do campo político e econômico, preocupando-se em deixar registrada a história dos grandes homens e eventos. No entanto, a partir da terceira década do século XIX, com a Escola dos Annales,<sup>1</sup> surge e se consolida um novo tipo de história, uma história problematizada, que pretende ser

<sup>1</sup> “Em 15 de janeiro de 1929 aparecia o primeiro número da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa revista veio a se tornar a referência básica para o que se convencionou chamar de *Escola dos Annales* no domínio da historiografia francesa. A revista passou por diferentes nomes, mas permaneceu influente até hoje não apenas como uma revista de história, mas também no domínio mais amplo das ciências sociais, como aliás foi a sua proposta desde o início” (SOARES, Geraldo. “História da vida cotidiana: o programa da escola francesa dos Annales”. In: *Interface*. Ano II. n. 5. p. 47-59, setembro de 1999, p. 47)

## Abstract

The article analyzes the role of Castelo *Tribuna do Sul* newspaper in the election campaign of Júlio Prestes to the presidency of the Republic between December 1929 and March 1930. The *Tribuna do Sul* newspaper from Castelo was created in December 1929 as “Official Agency of the Municipal Government”. It had as responsible director the then mayor-intervener Américo Viveiros Costa Lima, as editor-in-chief the councilor and president of the Chamber Arquilau Vivácqua, manager Sizenando Silva and as editors the councilor and vice-president of the Chamber Carlos Lomba and the councilor Raymundo Nonato Rangel. This newspaper, in its short existence, was dedicated exclusively to the campaign in favor of the election of Júlio Prestes to the Presidency of the Republic, being a great instrument used by local politicians to convince the Castelense people that Júlio Prestes, at the time, was the solution for all Brazil. Behind this message there was the coronelist system that controlled the municipal electoral processes in the political scenario of the First Republic, also called the Oligarchic Republic.

**Keywords:** Castelo, *Tribuna do Sul*, Júlio Prestes, oligarchy.

uma alternativa diante da perspectiva institucional, factual ou meramente descritiva da historiografia.

Giovanni Levi (2014) dá uma definição que nos parece resumir bem essa nova proposta historiográfica. Segundo o autor, «a história é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais» (LEVI, 2014, p. 1). Esse olhar da história social voltado para as singularidades de cada local tem alterado significativamente o cenário historiográfico, fazendo com que esse tenha em consideração diversos elementos que até então ficavam marginalizados, por serem vistos apenas como um detalhe indiferente dentro contexto macrossocial (PRADO, 2018, p. 80).

Conforme Arlette Farge (2015, p. 81), é preciso espereitar o acontecimento lá onde menos se espera, pois a história se passa lá onde tudo passa como se

não houvesse história alguma. Isso significa que cada um ou cada grupo com seus problemas e suas escolhas, enfim com sua política da vida cotidiana, participa da organização e formação da história geral (LEVI, 2000, p. 45).

Vamos constatar esse fato ao analisarmos o papel do Jornal *Tribuna do Sul* em Castelo entre dezembro de 1929 e março de 1930. Para isso, faremos a memória do cenário político do Brasil e do Espírito Santo na década de 1930. O Jornal *Tribuna do Sul* foi um meio da oligarquia local castelense participar do contexto sociopolítico que marcou o fim da Primeira República (1889-1930), chamada classicamente de “República velha” ou “República Oligárquica” do Brasil (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, p. 325).

A imprensa tem um papel singular na história política. Como afirma Bastos (2018, p. 89), as folhas impressas são instrumentos fundamentais para os estudos sobre sociabilidades, cotidiano e investigações sobre a vida pública de cada localidade. Contudo, “a imprensa não surge num vazio cultural» (MOREL, 2005, p. 206; Apud BASTOS, 2018, p. 88). Para entendermos a intenção e os objetivos de uma publicação devemos sempre levar em consideração o contexto sociopolítico de sua produção, submeter tudo ao crivo das críticas externas e internas.

A crítica externa implica analisar o discurso a partir de suas relações com aquilo que o cerca (tempo, espaço, sociedade, cultura etc) e das relações de poder e de saber nas quais o autor está envolvido. A crítica interna implica tomar um discurso não apenas como algo que remete a um acontecimento, mas como sendo em si mesmo um acontecimento, e que enquanto tal, deve ser interrogado (PINSKY; LUCA, 2017, p. 236-237). Será nessa ótica que faremos uma abordagem sobre o papel da jornal *Tribuna do Sul* na história sociopolítica de Castelo.

## O contexto sociopolítico brasileiro no fim da Primeira República

De acordo com Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 325-329), a Primeira República foi marcada por intensas lutas políticas que revelavam um quadro institucional-político de instabilidade e desestabilização. Tendo em vista a questão eleitoral, a República manteve o mesmo padrão político eleitoral do Império, caracterizado por uma política elitista com reduzida presença popular, na qual os coronéis eram peças-chaves do poder oligárquico, exercendo forte influência sobre os eleitores locais, sendo o primeiro degrau das disputas políticas republicanas.

Essa é a linha de pensamento de Faoro em relação a esse contexto político brasileiro (FAORO, 2012, 541-542). Conforme esse autor, a República Velha continuou o movimento restritivo da participação popular, paradoxalmente consanguíneo do liberalismo federal irrompido no fim do Império. A política era ocupação dos esclarecidos para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas. Dentro desse esquema se afirmava o coronelismo com sua aliança com as oligarquias estaduais. O coronel constituía o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. O vínculo que lhe outorgava poderes públicos vinha, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições. Sua tarefa fundamental era converter a opinião republicana, largamente minoritária, na opinião dominante.

Enquanto o comando do Brasil no campo nacional, era movimentado pelos principais estados, que elegiam presidentes a partir das alianças oligárquicas, no âmbito local quem detinha o poder eram os coronéis (CAMPOREZ, 2015, p. 79). O compromisso coronelista consistia no seguinte esquema, garante Leal (1997, p. 50), em relação aos chefes locais, dar incondicional apoio aos candidatos oficiais na época das eleições estaduais e federais. No que diz respeito à situação estadual, garantir carta branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos ao município.

Mas as camadas sociais urbanas e rurais denunciavam o desvirtuamento das instituições republicanas e dos valores liberais, tais como o clientelismo, nepotismo, compra de votos, violência e arranjos políticos. Havia, portanto, um clima de insatisfação social e política manifestado pelas revoltas sociais, políticas e militares envolvendo oligarquias dissidentes (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, 333-334).

A situação se tornou mais alarmante na época da sucessão presidencial de Washington Luís, em 1930. Esse período foi marcado pelo rompimento do acordo oligárquico firmado entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais que formavam a chamada “política do café com leite”.

Quanto mais São Paulo distanciava-se dos mineiros na gestão federal, mais os gaúchos apresentavam-se como parceiros preferenciais do Catete, ao lado dos fluminenses, baianos e pernambucanos. Ao tentar afastar Minas da interferência sobre os rumos do país, Washington Luiz não se isolava. Ao contrário, aproximava-se de novos parceiros, apoiando-se neles, para eximir-se da contribuição mineira. Nesse clima de abalos econômicos e de mudanças na correlação de forças políticas majoritárias, foram iniciadas as discussões acerca da sucessão presidencial (VISCARDI, 2001, p. 305).

Washington Luís indicava para a sua sucessão Júlio Prestes, membro da oligarquia paulista. Os setores oligárquicos divergentes se articularam na Aliança Liberal (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e outros estados) em torno do candidato Getúlio Vargas. Júlio Prestes venceu o pleito eleitoral, marcado pela fraude e pela violência de ambos os lados. Entretanto, diante da pressão das forças revolucionárias provenientes do sul do país, em novembro de 1930, Getúlio foi empossado no cargo de presidente da República marcando o início da Era Vargas e de uma nova fase da história política da República brasileira (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 336).

### A política no Espírito Santo na década de 1930

No Espírito Santo havia feridas ainda abertas desde as eleições para o governo Estadual, nos anos de 1916, com a “Revolução de Xandoca” e de 1920, com a dissidência política da oligarquia dos monteiros polarizada pelos irmãos Monteiro, Jerônimo e Bernardino, em torno da candidatura de Nestor Gomes (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 338)

Apesar da dissidência política, a eleição de Nestor Gomes não conseguiu enfraquecer a oligarquia dos Monteiros. Exemplo disso foi que a sucessão de Nestor Gomes seguiu o mesmo esquema da oligarquia política, sendo colocado no cargo da presidência do Estado, Florentino Avidos, cunhado dos irmãos Monteiro (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 339).

Em 1928, Florentino Avidos indicou para a sua sucessão o secretário de Instrução do seu governo, Aristeu Borges de Aguiar.

Aristeu era membro de duas famílias importantes da região de Vitória: os Borges, da Serra, e os Aguiar, da Serra, Vitória e Vila Velha, com um parente poderoso em Colatina, Xenócrates Calmon de Aguiar, presidente do Congresso Legislativo. Com 35 anos, bacharel em direito, Aristeu já havia ocupado cargos públicos importantes: promotor de justiça, professor de história e diretor do Ginásio do Espírito Santo (Colégio Estadual) e secretário do governo de Florentino. Visto como um homem culto e competente, sua candidatura despertou boas expectativas (SALETTTO, 2018, p. 92-93).

No período da sucessão, Aristeu gozava de credibilidade popular. De acordo com Warnik (2008, apud SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 359), Aristeu, inicialmente possuía um amplo apoio popular, que poderia ser caracterizada como uma “unanimidade positiva”.

No entanto, segundo Saletto (2018, p. 93), sua aprovação foi corroída pela crítica de nepotismo

quando foi anunciado o secretariado do governo e foram incluídos seus diversos parentes e amigos próximos: um irmão para o departamento de Saúde, outro para o Serviço de Defesa do Café, e outro para a Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, um sobrinho para a chefia do gabinete e um concunhado para a Secretaria do Interior. Além desses parentes, Atílio Vivácqua, amigo pessoal de Aristeu, membro de família de grandes fazendeiros e exportadores de café, recebeu a Secretaria de Instrução.

Além de nepotismo, Aristeu também foi criticado por seu fraco desempenho na política econômica e na condução dos negócios públicos, uma vez que no biênio de seu governo, nada fez para alterar a estrutura econômica do estado, que se mantinha totalmente dependente do cultivo e da exportação do café. Além disso, os gastos públicos eram enormes, com dívidas que superavam as receitas (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 342).

Em 1929 seu governo foi profundamente abalado pela eleição à presidência da República marcada pela oposição entre as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba (Aliança Liberal) que apresentavam a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas e a oligarquia paulista representada pelo presidente Washington Luís, que indicava o candidato Júlio Prestes para a sua sucessão (SALETTTO, 2018, p. 96-97).

Aristeu Aguiar, em virtude da sua aproximação política e de seus interesses econômicos estabelecidos com São Paulo, apoiou a oligarquia paulista. Conforme Saletto, desde o início de seu governo, Aristeu mantinha uma aproximação com São Paulo enviando secretários de estado para conhecerem a organização dos serviços públicos, recebendo e contratando técnicos paulistas para a implantação de mudanças administrativas no estado. Portanto, sua posição só poderia ser de apoio ao candidato oficial, apesar das críticas que sofria por parte dos apoiadores ao movimento aliancista, inclusive da imprensa local, o Jornal *A Gazeta* (SALETTTO, 2018, p. 98).

Para Saletto (2018, p. 101), a situação do governo estadual frente aos aliancistas tornou-se mais

delicada após comício político da Aliança Liberal no Espírito Santo de 13 de fevereiro de 1930. Porque era previsível a afluência de um público numeroso para o comício, mas autoridades não permitiram sua realização no espaço amplo e aberto da Praça Costa Pereira, como desejavam os organizadores, por isso, o evento teve que acontecer na pequena e fechada Praça do Carmo cercada com a cavalaria da polícia fortemente armada.

Estavam presentes no evento a elite da cidade e numerosas famílias com suas crianças. De repente, num trecho mais inflamado do discurso do Senador Piauiense Pires Rebello contra o presidente Washington Luís, apagaram-se as luzes e ouviram-se tiros. Houve pânico, correria, feridos e mortos. Esse fato, garante Saletto (2018, p. 102), provocou uma grande revolta contra o governo.

No dia seguinte, outro evento também abalou os cidadãos: o jornal *A Gazeta* que fazia oposição ao governo foi empastelado pelas forças governistas (PACHECO, 1998, apud CAMPOREZ, 2015, p. 34).

Outro fato importante foi o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930. Mesmo sem relação direta com a política nacional, esse assassinato foi muito bem trabalhado pelos aliancistas como estímulo para a revolta, principalmente no cortejo fúnebre, repetido em várias capitais, até chegar ao Rio de Janeiro, sendo Vitória também contemplada pelo trajeto do cadáver (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 348).

Da Paraíba ao Rio de Janeiro, João Pessoa morto torna-se ator de um grande espetáculo, para o qual foi compulsoriamente convidado para representar o papel de “redentor do Brasil”. Sua morte transformou-se numa bandeira para a revolução, a oportunidade que faltava para se justificar a tomada de poder (BEZERRA, 2008, p. 30-31). Assim, em 3 de outubro estourava o movimento no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, seguido imediatamente pela Paraíba e outros estados.

Conforme Achiamé (2010, apud SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 350), após o levante nacional, o Espírito Santo foi invadido por colunas de “revolucionários”, vindos de Minas Gerais, tendo como rotas princi-

pais de acesso os eixos ferroviários. A primeira coluna, comandada pelo coronel Campos de Amaral, entrou no Espírito Santo por Baixo Guandu, no dia 15 de outubro e a segunda, a comandada pelo major Magalhães Barata, chegou no dia 16 de outubro a Cachoeiro de Itapemirim por intermédio da Estrada de Ferro Leopoldina (ramal entre Cachoeiro e Espera Feliz). Nas localidades por onde as colunas passavam, os políticos influentes que comungavam das ideias revolucionárias, eram nomeados interventores nas mesmas.

No dia 16, Aristeu abandonou o palácio e embarcou com a família num navio italiano com destino ao Rio de Janeiro, alegando ir ao encontro de Washington Luís em busca de apoio. Sua atitude, considerada como fuga, uma vez que coincide com as invasões dos revolucionários no estado, provocou a destruição de sua reputação (SALETTI, 2018, p. 106).

Na análise de Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 361), Aristeu Aguiar como um representante clássico da primeira república com suas práticas políticas oligárquicas não via sentido em romper com um sistema político que o havia colocado no poder. Sendo assim, optou pelo patriotismo e pela manutenção da ordem vigente, num momento em que importantes forças políticas e militares do país lutavam justamente para derrubar essa ordem. Permanecendo nessa postura, Aristeu e outros presidentes de estado caíram junto com sistema político que os sustentava.

Apesar da credibilidade corroída pelo nepotismo e pela crise financeira, Aristeu estabeleceu importantes alianças políticas atendendo aos anseios das oligarquias municipais. Alguns anseios dessas oligarquias, certamente eram: a emancipação de alguns distritos e o apoio do governo à política local. Contudo, esses apelos não eram atendidos sem acordos, sem alianças e promessas de apoio ao governo estadual, sobretudo em tempos de campanha eleitoral.

Por isso, a oligarquia castelense se empenhou com todos os instrumentos, inclusive lançando mão da imprensa, em favor da ordem vigente, apoiando a candidatura de Júlio Prestes para a sucessão de Washington Luís em detrimento de Getúlio Vargas,

candidato da Aliança Liberal, porque Prestes era o candidato apoiado por Aristeu Borges de Aguiar, presidente do Estado que atendeu ao apelo da oligarquia castelense de emancipar o distrito da Estação do Castelo de Cachoeiro de Itapemirim, criando o município de Castelo em dezembro de 1928.

A oligarquia castelense, portanto, tinha uma dívida política para com Aristeu e a campanha eleitoral de Júlio Prestes era o momento mais propício para retribuir o favor e para saldar essa dívida.

O *Jornal Tribuna do Sul* teve uma grande contribuição nesse movimento. Seus idealizadores investiram em propagandas e apologias em favor de seus candidatos e duras críticas à oposição, expostas incisivamente nas páginas desse periódico local como estratégias de manipulação, inculcando na mentalidade dos castelenses que a vitória no pleito eleitoral de Júlio Prestes traria benefícios para todos, inclusive para o recém-criado município de Castelo, mesmo estando distante do poder central.

Na verdade, dentro do contexto do coronelismo e da política oligárquica, era justamente, esse distanciamento, o que favorecia a dominação política, o controle e o aliciamento no preparo das eleições (FAORO, 2012, 542). Como podemos perceber, tudo girava em torno de um jogo político de acordos, interesses e alianças, característicos da política oligárquica e coronelista que reinava na Primeira República.

### A criação do Município de Castelo

Rangel afirma que em 1920, quando o Coronel Nestor Gomes era Presidente do Estado, no Distrito da “Estação do Castello» houve um movimento visando transformar esse próspero distrito em município, emancipando-o de Cachoeiro de Itapemirim. Tal movimento foi liderado por Therencio Rosa, Aguilar Freitas, Sylvio Rangel e Carlos Lomba (RANGEL 1932; Apud, VIEIRA, 2004, p. 35).

Na ocasião, Sylvio Rangel proferiu um discurso no qual dizia o seguinte:

Meus conterrâneos e meus senhores. A pessoa que neste momento vos contempla num transporte de satisfação, nasceu aqui, neste soberbo Castello, que hoje concretizando as antigas aspirações dos seus habitantes, está pedindo ao Exmo. Sr. Presidente do Estado a sua autonomia (RANGEL, 1932; Apud, VIEIRA, 2004, p. 36).

Outro discurso foi proferido por Carlos Lomba com a seguinte mensagem:

Se em 1898, com uma contribuição de cerca de 15 contos, uma população de 6 mil almas, sem as 48 casas comerciais que têm reunidas Castello, Conceição, Pedreiras, e Sto. André, sem o telegrapho Nacional, cuja renda quadruplica o seu custeio, coletorias federal e estadual e outras provas de argumento econômico e de melhoramentos dessa zona, podíamos ser Município, com maiores véras o podemos ser hoje, com o estabelecimento dessas repartições e dessas casas de negocios”...(Lomba, 1920; Apud, VIEIRA, 2004, p. 40).

Uma comissão foi escolhida para levar ao Governo Estadual o pedido para a emancipação do Distrito. Essa comissão era formada por Egydio Vivacqua, José Alves Rangel, Francisco Antônio Moraes, Hygino Augusto Azevedo, Joaquim Amâncio Fernandes, tendo como líder Carlos Lomba (VIEIRA, 2004, p. 41).

Em 1928, vários signatários dos distritos de Conceição de Castelo e Castelo conduziram até o Exmo Sr. Presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar solicitações pela criação do Município de Castelo. Nessa época, os dois distritos possuíam juntos uma população de 14.000 habitantes, o que correspondia a 30% da população de Cachoeiro de Itapemirim (VIEIRA, 2004, p. 44- 45).

O projeto pela criação do novo município do sul do Estado passou por 4 sessões ordinárias dentro do Congresso Legislativo Estadual no ano de 1928: foi apresentado na 43ª sessão ordinária de 13/12/1928, passou pela 49ª sessão ordinária de 18/12/1928, foi

aprovado na 50ª sessão de 19/12/1928 e, por fim, foi comunicado e arquivado na 51ª sessão de 20/12/1928 (VIEIRA, 2004, p. 45-46).

Enfim, a Lei Estadual nº 1687, que oficializou a criação do município de Castelo, foi assinada pelo presidente Sr. Aristeu Borges de Aguiar e pelo secretário de Interior Mirabeau Pimentel no dia 25 de dezembro de 1928. O novo município passou a ser constituído por três distritos: Castelo (sede), Conceição de Castelo e Santo André (atualmente Aracuí) (VIEIRA, 2004, p. 46).

O primeiro indicado para dirigir os destinos do recém-criado município foi o advogado Sr. Américo Viveiros Costa Lima. Américo Viveiros foi interventor do município de 7 janeiro de 1929 a 12 de outubro de 1929, quando então foi eleito prefeito, ficando no governo até 18 de outubro de 1930. A primeira Câmara eleita era constituída por Arquilau Vivacqua (Presidente), Carlos Lomba (Vice-presidente), Cyro Vieira da Cunha, César Ferreira dos Santos e Raymundo Nonato Rangel (VIEIRA, 2004, p. 51).

Os primeiros atos administrativos de Américo Viveiros foram a criação de cargos administrativos e as nomeações de seus respectivos administradores: administrador do Cemitério Público e lançador da Prefeitura (Aristides Pinheiro de Souza), administrador da Limpeza Pública (João Munhoz), fiscal geral dos Serviços de Fiscalização da Prefeitura do Município (Cupertino Rodrigues Pimenta), auxiliar do Administrador da Limpeza Pública (Egydio de Oliveira), auxiliar administrativo do Cemitério Público (Sr. Martiniano Alves (VIEIRA, 2004, p. 53).

Se os primeiros atos de Viveiros se concentravam na dimensão administrativa de seu governo, uma de suas criações com interesse marcadamente político, foi sem dúvida, a criação do *Jornal Tribuna do Sul* em dezembro de 1929, juntamente com os vereadores Arquilau Vivacqua e Carlos Lomba, políticos que possuíam notoriedade em Castelo.

Esse fato demonstra o que dizem Martins e Luca (2008, p. 8): história política brasileira, principalmente, a política partidária, foi construída tendo como

companheira inseparável a imprensa. Os partidos políticos brasileiros, de acordo com seus momento históricos e suas condições econômicas, sempre lançaram mão dos meios de comunicação que lhes eram acessíveis como estratégia de disseminação de idéias e projetos, de agregação de adeptos e enfim, de expansão de poder.

O *Tribuna do Sul*, mesmo com suas poucas edições, marcou a história política do incipiente município de Castelo. Esse periódico foi o grande instrumento utilizado pelo interventor Américo Viveiros e seus companheiros políticos para incutir na mentalidade do povo Castelense que o candidato à presidência da República, na época, Júlio Prestes, era a solução para o Brasil e que a sua vitória significaria a vitória do povo.

De acordo com Vieira (2004, p. 604-606), o *Jornal Tribuna do Sul* foi o quinto periódico produzido em Castelo de 1899 a 1929. Assim como o próprio *Tribuna do Sul*, todos os outros quatro criados tiveram tempo curto de duração. O primeiro jornal produzido em Castelo foi *A Flecha*, cujo perfil literário, noticioso e recreativo circulou em vinte de julho de 1899. O segundo jornal se chamava *O Alfinete*, também criado em 1899. O terceiro se intitulava *A Fita*, foi criado em novembro de 1914, teve duração de somente um ano e, também era literário, crítico e noticioso. O quarto foi *O Jornal* produzido em 1927. Era um periódico manuscrito em duas folhas abertas de papel almaço. O jornal, decididamente político e propagandista, foi o *Tribuna do Sul*.

### O *Tribuna do Sul* e a campanha de Júlio Prestes à Presidência da República em 1930.

O *Jornal de Castelo Tribuna do Sul* teve seu primeiro volume publicado no dia 5 de dezembro de 1929 como «Órgão Oficial do Governo Municipal». Tinha como diretor responsável o então prefeito-interventor Américo Viveiros Costa Lima, como redator-chefe o vereador e presidente da Câmara Arquilau Vi-

vácua, gerente Sizenando Silva e como redatores o vereador e vice-presidente da Câmara Carlos Lomba e o vereador Raymundo Nonato Rangel.

O próprios redatores apresentaram os objetivos da criação do Jornal:

Mais um jornal em Castelo. Um jornal quer dizer, mais uma válvula pela qual se escapem nossos anseios, nossos ideais, nossa finalidade de povo instruído e organizado. Mas não é o bastante que apareça um jornal; preciso se faz, e já é praxe, que se diga porque e para que apareceu. Propriedade da Sociedade Anônima Tribuna do Sul, na qual a prefeitura Municipal de Castello tem maioria das ações, sua orientação será norteada, completamente, pelos mentores de nossa política municipal [...] A Tribuna do Sul se propõe a defender os interesses políticos do Partido Republicano do Espírito Santo, neste Município [...] Um único ideal nos preocupa: Trabalhar sempre, decidida e incansável e destemidamente pelo progresso do nosso Município, pela grandeza do nosso Estado, pelo futuro do Brasil (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 1).

Logo na primeira edição os diretores já apresentam a proposta de fazer do *Tribuna do Sul* um instrumento de propaganda política partidária em favor de Júlio Prestes. No rodapé da primeira página, de forma destacada, os redatores colocam que votar em Júlio Prestes e Vital Soares “é votar pela paz, ordem, grandeza e prosperidade do Brasil”.

Na página seguinte, ainda na primeira edição do *Jornal Tribuna do Sul*, com um texto intitulado “Os liberais de Castello”, os redatores atacam os liberais classificando-os como “perdidos e isolados do convívio diário dos cidadãos» e «mentirosos». E outra vez no fundo da página a propaganda “VOTAI EM JULIO PRESTES VITAL SOARES” (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 2).

Um outro ataque aos liberais aparece no texto intitulado: “O angu das cozinheiras”. Aqui os redatores dizem:



Figura 1: Tribuna do Sul, 1ª edição, nº1 - Campanha para Júlio Prestes. Fonte: TRIBUNA DO SUL. S/A “Tribuna do Sul”. Órgão Oficial do Governo Municipal. Villa de Castello (ES). Ano I. 5 de dezembro de 1929, n. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Se é verdade que a Aliança Liberal, pela trombeta dos seus arautos, quer salvar o Brasil, estigmatizando com mil injúrias o chefe da nação, porque não lhe compete a responsabilidade do «comando único», como espírito orientador e coordenador, direito que lhe negam com os imperativos da democracia e com as leis da república, é querer, constitucional e absurdamente provar a inverdade da verdade comprovada.... Porque até mesmo entre a cozinheiras - ó leitor amigo e complacente! - na panela do angu, não se admite que todos mexam... Somos, já se vê, pela grande força da sua própria e possante unidade de força, e também brasileiro e também republicano, sem o ser, porém à moda dos liberais (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 3).

Outro ataque dos redatores à propaganda liberal foi a maneira como classificaram o comício realizado em Castelo por um candidato liberal a deputado. Os redatores chamam o evento de “monstruoso comício, um verdadeiro “circo” (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 4).

Na terceira edição do *Jornal*, novamente os redatores atacam os liberais com dois textos. Um intitulado «Derradeira Esperança», pelo qual dizem que “ a decadência da “Aliança Liberal” se faz sentir cada dia, patenteada, sintomaticamente, em sucessivas demonstrações de fraqueza”. E outro intitulado “Falsos Patriotas”, no qual os redatores chamam os liberais de falsos patriotas, que vivem pregando revoluções, traíndo a pátria com princípios oriundos da Rússia Soviética, conspirando pela introdução do comunismo, desmoralizando o Brasil e implantando o ódio entre os brasileiros. O texto é concluído com a seguinte mensagem: «É com paz que se governa, que se edifica e que se levanta uma nacionalidade! Para Trás, revoltosos! (TRIBUNA DO SUL, 19 de dezembro de 1929, nº3, Ano I, p. 1).

Mais uma vez, de forma destacada, no fundo da página, os redatores inseriram um ataque aos liberais e aos apoiadores de Getúlio Vargas (paraibanos, mineiros e gaúchos) e uma propaganda calorosa a favor de Júlio Prestes, praticamente divinizando o candidato.



Figura 2: Ataque aos apoiadores de Getúlio Vargas e campanha a favor de Júlio Prestes e Vital Soares. Fonte: TRIBUNA DO SUL, 19 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Na quinta edição do Jornal, os redatores apresentaram o mesmo procedimento. De um lado, ataque aos liberais, de outro, apoio à campanha de Júlio Prestes. Em um texto intitulado “Liberalismo sanguinário”, os redatores relatam um caso de assassinato de um deputado, segundo eles, cometido por um mentor do movimento “Aliança Liberal”. Os políticos aproveitam desse fato para dizer:

Não exageramos quando mostrávamos aos brasileiros os meios de propaganda de que se dispunham os liberais para a suas doutrinas: o punhal, o trabuco e a pata de cavalo [...] E, se os liberais em minoria são capazes de tais façanhas, imaginemos a desgraça do país e a situação a que seríamos levados, no regime do crê ou morre, se chegassem um dia a poder dominá-lo, apossando-se do governo! (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº5, Ano I, p. 1).

No rodapé da quinta edição do Jornal, os redatores mencionados mostram mais uma vez o quanto seria benéfico e até mesmo salvífico para o povo votar em Júlio Prestes: «Votar em JULIO PRESTES - VITAL SOARES. porque assim repelireis a política aviltante do trucidamento e do furo do sanguinário» (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº5, Ano I, p. 1).

Ainda na quinta edição o Jornal Tribuna do Sul traz outra crítica a “Aliança Liberal” e uma apologia a política de Julio Prestes em um texto com o título «A revolução, nunca!». Os redatores concluem o texto dizendo: “ Levantemos o Brasil, com trabalho honesto, com a sã política, padrão de glória de uma nacionalidade» (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº5, Ano I, p. 1).

Na décima terceira edição, devido à proximidade das eleições, o Jornal, de forma ainda mais incisiva se dedicou à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República e aos seus aliados candida-

tos: para presidente da República Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, para vice-presidente da República Dr. Vital Henrique Baptista Soares, para senador Federal Dr. Bernardino de Souza Monteiro e para deputados federais: Dr. Abner Carlos Mourão, Dr. José Gomes Pinheiro Júnior, Dr. Xenocrates João Calmon de Aguiar, Dr José Pedro Fernandes Aboudib.

A propaganda a favor de Júlio Prestes dizia o seguinte:

Às urnas, Castelenses! Para traz, Sicários! E assim pugnares pela tranquilidade da vida nacional, garantireis a cruzada santificadora do trabalho bendito, fortalecendo a Paz e a Ordem pelo progresso da Pátria que, ambiciosos e aventureiros, manchando -a de sangue, bradam pela subversão e gritam pela anarquia pregando alucinadamente a Revolução que cobria de luta a FAMÍLIA BRASILEIRA!(TRIBUNA DO SUL, 1 de março de 1930, nº 13, Ano I, p. ).

Os redatores classificam os aliancistas de “sicários”<sup>2</sup>, numa clara tentativa de desqualificá-los, fazendo alusão ao assassinato de João Pessoa ocorrido no dia 26 de julho de 1930. Na outra página, ainda da décima terceira edição, os redatores apresentam um texto intitulado “Fé e Esperança” na qual classificam a política da “Aliança Liberal” como “selvagem e intolerante” e concluem o texto dizendo:

Cumprindo o nosso mais salutar dever de patriotismo, aconselhamos o nosso eleitorado a, no dia 1º de março sufragar os nomes dos distintos brasileiros: Júlio Prestes de Alburquerque e Vital Henrique Baptista Soares. A única salvação do país (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº 13, Ano I, p. 2).

Na terceira página dessa mesma edição do *Tribuna do Sul*, os redatores demonstram, mais uma vez, todo empenho na eleição de Júlio Prestes exortando o povo castelense: “Às urnas, pois correligio-

nários, com os nomes aureolados de Júlio Prestes de Albuquerque e Vital Henrique Baptista Soares” (TRIBUNA DO SUL, 2 de janeiro de 1930, nº13, Ano I, p. 3).

Na décima quarta edição, os redatores expressam a satisfação pelo resultado da propaganda que realizaram a favor de seu candidato à presidência da República. Na capa dessa edição existe um texto com o título «Brilhante demonstração de civismo», no qual os autores dizem que o município de Castello, por maioria esmagadora, elegeu os candidatos representados pelo Partido Republicano do Estado do Espírito Santo. Tendo em vista os resultados das seções eleitorais de Castello, a campanha realizada pelos políticos locais através do Jornal *Tribuna do Sul* parece ter sido bem sucedida ou seja, o sistema coronelista funcionou.

Na primeira seção (Sede) Júlio Prestes recebeu 126 votos contra 11 de Getúlio Vargas, na segunda seção (Sede) Júlio Prestes obteve 167 votos contra 3 de Getúlio Vargas; na 3ª seção (Sede) Júlio Prestes teve 195 votos contra 8 de Getúlio Vargas; na 4ª seção (Conceição do Castelo) Júlio Prestes recebeu 91 votos contra 16 de Getúlio Vargas; na 5ª seção (Conceição do Castelo) Júlio Prestes obteve 90 votos contra 16 de Getúlio Vargas (TRIBUNA DO SUL, 6 de março de 1930, nº14, Ano I, p. 1).

O resultado total de votos do município foi o seguinte: Dr. Júlio Prestes de Albuquerque 669 votos contra 54 de Getúlio Vargas; Vice-presidente Dr. Vital Henrique Baptista Soares 669 votos contra Dr. João Pessoa C. Albuquerque 54 votos; Senador Federal Dr. Bernardino de Souza Monteiro 696 votos contra 26 de Dr. Affonso Corrêa Lyrio; Deputados Federais Dr. José Gomes Pinheiro Junior 616 votos contra 493 de Dr. Abner Mourão.

Satisfeitos com os resultados das urnas, os redatores do Jornal *Tribuna do Sul* afirmavam que o povo castelense havia dado uma grande prova de civismo mostrando que a criação do município foi uma decisão acertada do presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar. A recompensa veio nas eleições.

<sup>2</sup> Assassinos, sanguinários, facínoras.

Numa vibração uníssona de civismo, o povo castelense congratula-se com o S. Ex. pela vitória brilhante do candidato nacional, Dr. Julio Prestes de Albuquerque, vitória que o país inteiro celebra, entra tranquilo, esperançoso e confiante. Ave Brasil redimido (TRIBUNA DO SUL, 6 de março de 1930, nº14, Ano I, p. 2).

As estratégias políticas do Jornal Tribuna do Sul parecem ter funcionado, pois Júlio Prestes e os candidatos propostos pelos redatores receberam uma quantidade extremamente expressiva de votos no município de Castelo. Ainda que o número de eleitores castelenses fosse reduzido, esse recém-criado município do Sul do Espírito Santo ofereceu uma contribuição significativa na campanha eleitoral do candidato paulista à presidência da República contra o gaúcho Getúlio Vargas. O Jornal *Tribuna do Sul* foi o grande responsável por esse feito.

O fato da grande maioria dos eleitores castelenses ter votado em Júlio Prestes e não em Getúlio Vargas pode não ser adequadamente classificado como uma *verdadeira demonstração de civismo*, como afirmaram os redatores do Jornal *Tribuna do Sul*, porém mostra o quanto um jornal com suas estratégias de manipulação e controle, críticas, difamação e apologias pode ser um importante instrumento oligárquico num pleito eleitoral.

O *Tribuna do Sul* foi uma das estratégias coronelistas para controlar o sistema eleitoral municipal castelense favorecendo os interesses de uma oligarquia local que visava manter a ordem vigente que lhes garantia poder demonstrando fidelidade aos governos estadual e federal.

Como nos dizem Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 328-329), os coronéis eram peças-chaves do poder oligárquico na Primeira República, membros da elite municipal, que exerciam forte influência sobre os eleitores locais, a partir de relações de dominação de caráter pessoal, constituindo o primeiro degrau das disputas políticas republicanas.

E, uma vez que eram os coronéis que controlavam o processo eleitoral e por ele se interessavam

para manter seus domínios locais e expandir seus poderes, por isso pagavam todos os gastos do eleitor, é perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedecesse à orientação de quem tudo lhe pagava, e com insistência, lhe cobrava a prática de um ato que lhe era completamente indiferente (LEAL, 1997, p. 56-57).

### A política de Castelo na revolução de 1930

Após a revolução ter sido estourada, nos estados seriam nomeados interventores para os respectivos governos. No Espírito Santo ganhava força o nome de João Punaro Bley. João Bley era visto como “um homem novo para um momento novo da história da política do país e do estado” (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 357).

João Bley governou o Espírito Santo, inicialmente como interventor, de 1930 a 1935, depois como governador constitucional e novamente como interventor de 1937-1943. De fato, afirma Mendonça (2010, p. 183), de todas as interventorias o Espírito Santo foi o único estado que manteve um interventor militar por mais de uma década. Esse fato demonstra que Bley foi um dos que mais se aproximou do “modelo ideal de interventor”: era militar e não tinha vínculo direto com as forças políticas locais. Isso lhe dava poder para realizar uma obra de saneamento administrativo que dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade de empreender sem se incompatibilizar com seus próprios partidários.

Em 19 de outubro de 1930, o sargento Antônio Alves de Abreu, em nome das forças revolucionárias no Brasil apresentou o Sr. João Esperidião de Moura para organizar o governo revolucionário do município. João Esperidião escolheu cinco membros do Centro Liberal da localidade para compor a Junta Governativa Revolucionária, composta pelos Srs. Manoel Pires Martins (prefeito provisório), Antônio Magalhaes, Caio Machado Martins, Francisco Vieira e João Esperidião Moura (VIEIRA, 2004, p. 69).

Em 1º de dezembro de 1930, Jão Punaro Bley encaminhou uma correspondência ao Sr. Prefeito provisório de Castelo Manoel Pires Martins com as orientações para o cumprimento do “programa revolucionário”. Na primeira orientação o interventor ordenava que fosse dada a todos os cidadãos, indistintamente, plena liberdade de credo político, desde que não se ofendesse o regime republicano e o direito de crítica aos atos públicos; devia ser feita completa devassa da atividade funcional de todos os homens ligados à administração passada, coligindo-se provas dos desmandos porventura existentes; para o aproveitamento ou afastamento dos funcionários, se devia ter em conta a honestidade funcional e a sua atuação nas últimas eleições e no decorrer do movimento revolucionário; a prova escrita ou pública de ataques grosseiros aos princípios da aliança implicaria em imediata demissão (VIEIRA, 2004, p. 67-68).

No dia 3 de dezembro de 1930, Mário Tavares foi nomeado para o cargo de interventor do Município de Castelo pelo interventor do Estado capitão João Punaro Bley (VIEIRA, 2004, p. 69-70).

### Considerações finais

Três pontos nos parecem conclusivos após a abordagem que realizamos:

Primeiro: em uma análise histórica, nunca podemos tratar como irrelevantes os microeventos por sua redução geográfica ou temporal. Eles, mesmo com suas delimitações, podem ser de extrema importância para a construção e formação macro-social. Na construção social, o micro e o macro se entrelaçam e se interpelam. A história local influencia e é influenciada pela história geral.

Segundo: os jornais, independente de seus formatos, estruturas tecnológicas de sua produção, suas situações geográficas e o público que atingem através de sua capacidade de influenciar e formar opiniões, possuem sempre ligações estreitas com o poder, tanto para legitimá-lo como para criticá-lo ou

destituí-lo. As páginas de um jornal podem ser fortes instrumentos de poder. Os idealizadores do *Tribuna do Sul* souberam muito bem utilizar esse instrumento de acordo com o seus objetivos partidários.

Terceiro: Júlio Prestes foi impedido de tomar posse e foi exilado devido ao golpe de estado que se desencadeou no Brasil a 3 de outubro de 1930. Contudo, a campanha eleitoral conduzida pelo prefeito Américo Viveiros Costa Lima e os vereadores Arquilau Vivacqua, Carlos Lomba e Raimundo Nonato Rangel, em aliança com o governador do Estado, Aristeu Borges de Aguiar, utilizando as páginas do Jornal *Tribuna do Sul* foi, indubitavelmente, um marco significativo na história política do município de Castelo, além de ser uma demonstração do poder oligárquico local e da eficiência do sistema coronelista num pleito eleitoral, características que marcavam a política brasileira na Primeira República.

### Referências bibliográficas

#### Fonte

TRIBUNA DO SUL. S/A “Tribuna do Sul”. Órgão Oficial do Governo Municipal. Villa de Castelo (ES). Ano I. 5 de dezembro de 1929 a 6 de março de 1930, nº 1 a nº14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

#### Obras de apoio

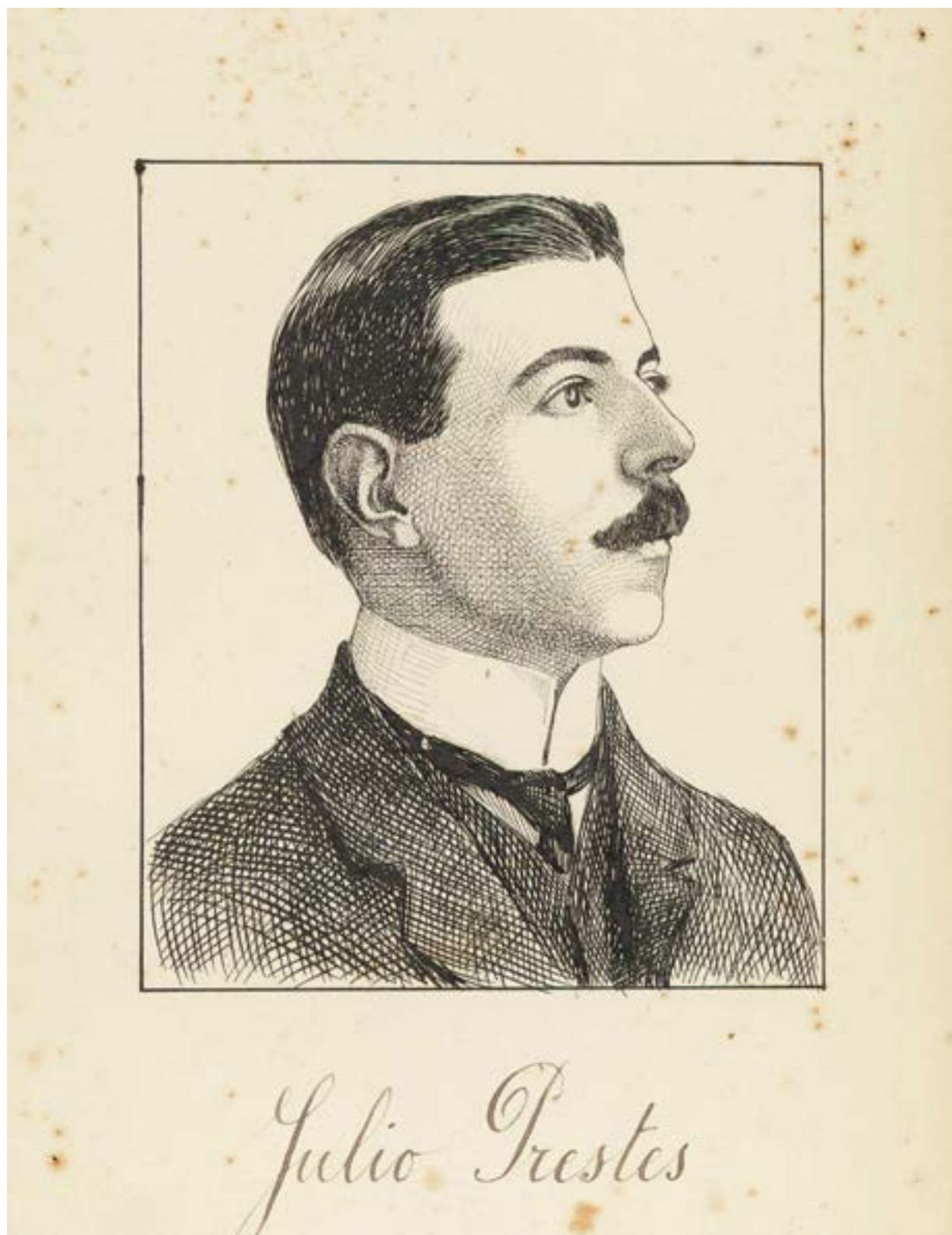
ACHIAMÉ, Fernando. A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*. Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BASTOS, Fabíola Martins. *A política da Antessala do Parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, no anos 1840-1889*. (Tese de Doutorado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.

BEZERRA, Dinarte Varela. *1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: a narrativa como ato socialmente simbólico*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

CAMPOREZ, Marcela. *Fotografia e História: Uma análise da interventoria de Jão Punaro Bley no Espírito Santo através das imagens publicadas na revista Vida Capichaba nos anos 1930, 1935, 1937 e 1942*. (Dissertação de Mestrado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2015.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.



FARCE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, exanda e voto: o município representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. "O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar". In: *Revista Tempo*, 2014, V. 20, p. 1-20, 2014.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. "Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940)" In: *Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 182-195.

MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PACHECO, Renato José Costa. *Os dias antigos*. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PRADO, SOLANGE. *O poder e a luta da terra no vale do rio Iconha/Piúma: o caso Thomas Dutton Junior (1870-1906)*. (Tese de Doutorado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.

PINKY, Carla Bassanezzi; DELUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Igor Vitorino; SIMONATO, Juliana Sabino; QUINTÃO, Leandro do Carmo. "A Revolução de 30 e o Espírito Santo". In: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. *O Espírito Santo da Primeira República*. 2ª ed. Serra: Milfontes, 2018, p.325-365.

SOARES, Geraldo. "História da vida cotidiana: o programa da escola francesa dos Annales". In: *Interface*. Ano II. n. 5. p. 47- 59, setembro de 1999.

VIEIRA, Eugênio. *Castelo: origem, emancipação e desenvolvimento. 1702-2004*. Vitória: Traço certo, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WARNICK, Flávio Calmon. *Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela história*. Vitória: Flor&Cultura, 2008.